



UNIÃO DESPORTIVA VILAFRANQUENSE
FUTEBOL SAD

RELATÓRIO E CONTAS
ÉPOCA DESPORTIVA
2020/2021



**UNIÃO DESPORTIVA
VILAFRANQUENSE
FUTEBOL SAD**

RELATÓRIO E CONTAS ÉPOCA DESPORTIVA 2020/2021

1. PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO

O Conselho de Administração da União Desportiva Vilafranquense – Futebol, SAD, com sede no Estádio do Cevadeiro EN 10 em Vila Franca de Xira, vem cumprir o dever de prestação de informação de natureza económica e financeira, relativa ao exercício económico da época desportiva 2020/2021 ou seja no período compreendido entre 01 de julho 2020 e 30 de junho de 2021

O presente documento foi elaborado de acordo com o quadro normativo vigente, nomeadamente o disposto no Código das Sociedades Comerciais e nas Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro previstas no Sistema de Normalização Contabilística (SNC).

2. EVOLUÇÃO DA ACTIVIDADE DESPORTIVA

O futebol nacional e internacional foi fortemente marcado pela pandemia de COVID-19. A pandemia causou redução de receita com bilheteira e patrocínios diversos. Também o exercício da sociedade foi, como seria inevitável fortemente afetada pela pandemia.

Esta foi a segunda época em que a sociedade se viu privada de utilizar o Estádio do Cevadeiro em Vila Franca de Xira, em virtude deste não ter as condições necessárias para a realização dos seus jogos na condição de visitado no âmbito de uma competição profissional organizada pela Liga Portuguesa de Futebol Profissional (LPFP). O Campo do Cevadeiro é propriedade da CMVFX, existe neste momento aprovado em Assembleia Municipal o financiamento para reestruturação do complexo desportivo do Cevadeiro, de forma a poder realizar os jogos em casa na cidade de Vila Franca de Xira. Por esse motivo tivemos de realizar os nossos jogos no Estádio Municipal de Rio Maior.

Além das dificuldades inerentes à participação e disputa da segunda competição mais importante do futebol profissional, a sociedade teve de suportar também esta dificuldade que mais nenhum concorrente teve de enfrentar.

União Desportiva Vilafranquense, Futebol SAD
EN 10 Campo do Cevadeiro, 2600-209 Vila Franca de Xira, Lisboa
Telefone: 263 100 015
NIPC 510 779 301
rh@udvfutsad.com | www.udvfutsad.com



A União Desportiva Vilafranquense Futebol SAD congratula-se por ser o único clube da região do Ribatejo a disputar as competições profissionais na época 2020/2021. A sociedade participou pela segunda época consecutiva na segunda competição mais importante de Portugal, sendo que na época 21/22 irá disputar a Liga SABSEG pela terceira época consecutiva.

Adicionalmente à Liga SABSEG, a sociedade também participou na Taça de Portugal, sendo que a Taça da Liga não foi realizada devido à pandemia. Na época 21/22 a União Desportiva Vilafranquense Futebol SAD irá disputar estas duas provas.

Na categoria de Sub-19, a equipa manteve-se no Campeonato Nacional da 1ª Divisão, destacamos esta participação pela sua relevância no panorama futebolístico nacional. Não diminuindo no entanto a importância que tem para esta Sociedade o facto de manter equipas a disputar todos os escalões das competições de Futebol de Formação, no âmbito da Federação Portuguesa de Futebol, dispondo ainda de uma Academia também exclusivamente dirigida ao Futebol.

A valorização quer nos aspetos técnico-táticos, físicos e sociais de jogadores e técnicos é está sempre presente nos objetivos desta Sociedade Desportiva, podendo-se mesmo afirmar que esse objetivo esta a ser conseguido, atento o potencial de jogadores e técnicos que podem vir a garantir o futuro desportivo da UD Vilafranquense - Futebol, SAD.

3. ACTIVIDADE ECONÓMICA

3.1 – Enquadramento económico

3.1.1 - A Nível internacional

A pandemia Covid-19 afetou profundamente a atividade económica global em 2020 e 2021. As medidas de contenção da crise de saúde pública e a atitude de precaução dos agentes económicos determinaram uma queda sem precedentes do PIB em 2020, que recuperou à medida que as economias foram reabrindo e as restrições sendo levantadas.



As economias avançadas, em geral, têm sido capazes de fornecer suporte fiscal expansivo para famílias e empresas e os bancos centrais reforçaram os programas compra de ativos e facilidades de financiamento para empréstimos.

Embora o emprego em alguns países pareça ter se recuperado mais rapidamente da recessão do que em anteriores crises, em muitos países um grande número de pessoas ainda estão desempregadas. Esta crise afetou a sociedade de forma desigual, trabalhadores com menos educação, mulheres, jovens, setores de contato intensivo e aqueles que trabalham informalmente sofreram perdas desproporcionais de subsistência e rendimento.

(Fonte: IMF, World Economic Outlook)

3.1.2 - A nível nacional

Em 2020 a atividade económica foi fortemente afetada pela pandemia e após o gradual levantamento das medidas de contenção, assistiu-se a uma recuperação rápida e acentuada da atividade económica. Esta recuperação beneficiou da realização de despesa adiada durante o período de confinamento e da recuperação da generalidade das atividades produtivas.

A trajetória de recuperação foi invertida no quarto trimestre com a implementação de novas medidas de contenção em Portugal e nos principais parceiros comerciais. A pandemia tem um impacto assimétrico na atividade económica, sendo mais negativo nos setores mais afetados pelas medidas de distanciamento social.

A queda no PIB é ligeiramente maior em Portugal, para o que contribui o peso superior dos setores mais afetados pela pandemia na economia portuguesa, de onde se destacam os ligados ao turismo. A queda mais acentuada das exportações em Portugal é parcialmente compensada por uma menor redução do consumo privado e da FBCF, em particular, da construção.

A economia portuguesa apresenta necessidades líquidas de financiamento face ao exterior. A deterioração da balança corrente e de capital decorre da evolução da balança de bens e serviços e, em particular, da redução do excedente dos serviços relacionados com o turismo.





As características da atual crise impediram o habitual comportamento uniforme da despesa das famílias. O choque inicial teve efeitos muito diferenciados no cabaz consumido, observando-se um aumento do consumo de bens essenciais e uma queda da despesa em bens duradouros e em serviços, em particular nos serviços que exigem interação social.

O impacto no rendimento das famílias foi amortecido pelas medidas governamentais, incluindo as moratórias ao crédito. A queda do investimento foi inferior à observada em anteriores recessões.

O surto pandémico da COVID-19 apanhou o mundo de surpresa e afetou profundamente a vida de toda a população. Foi também um choque importante para a estrutura económica das Sociedades, onde algumas empresas não foram autorizadas a permanecer abertas devido às regras sanitárias e outras, mesmo que legalmente autorizadas a permanecerem abertas, viram a procura diminuir.

(Fonte: Relatórios BCE e BP)

3.2 – Análise da atividade

No exercício de 2020/21 a empresa apresenta um volume de negócios de 734.785,08€, o que representa um acréscimo de 46,03% face ao anterior exercício. A evolução dos rendimentos é apresentada nos gráficos seguintes.



Nas duas últimas épocas existe um acréscimo muito significativo no volume de negócios da empresa.





As receitas diretamente associadas à participação nas competições nacionais representam 53% dos rendimentos da Sociedade Anónima Desportiva.

3.3 - Resultado das Operações

(valores expressos em euros)

Resultado das operações	2020/21			2019/20			2018/19
	Quantias	Variação em valor	Variação face ao período anterior	Quantias	Variação em valor	Variação face ao período anterior	Quantias
Volume de negócios	734.785,08	231.595,57	46,03%	503.189,51	395.281,24	366,31%	107.908,27
Outros rendimentos e gastos operacionais	166.401,03	21.710,96	15,01%	144.690,07	125.697,35	661,82%	15.992,72
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (RADFI)	(2.006.319,17)	(1.065.230,36)	113,19%	(941.088,81)	(615.923,95)	189,42%	(325.164,86)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(13.040,10)	5.226,81	(28,61)%	(18.266,91)	(1.563,77)	9,36%	(16.703,14)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)							
Resultado operacional antes de gastos de financiamento e impostos (RO)	(2.019.359,27)	(1.060.003,55)	110,49%	(959.355,72)	(617.487,72)	180,62%	(341.868,00)
Resultados financeiros	(5.441,70)	(4.364,05)	404,96%	(1.077,65)	(1.077,65)		
Resultado antes de imposto (RAI)	(2.024.800,97)	(1.064.367,60)	110,82%	(960.433,37)	(618.565,37)	180,94%	(341.868,00)
Imposto sobre rendimento do período	(17.538,63)	(17.402,47)	12780,90%	(136,16)	8.839,42	(98,48)%	(8.975,58)
Resultado líquido do período	(2.042.339,60)	(1.081.770,07)	112,62%	(960.569,53)	(609.725,95)	173,79%	(350.843,58)





Embora exista uma melhor performance ao nível dos rendimentos obtidos, a participação na Liga SABSEG, segunda maior competição nacional, e o objetivo da manutenção, exigem uma forte aposta e investimento nos recursos humanos da sociedade e nas suas competências.

4. PERSPECTIVAS FUTURAS

4.1 - Cenário macroeconómico

Após uma contração, projeta-se a economia global a crescer, esperando-se que a recuperação da atividade económica seja mais forte nas economias emergentes em comparação com as economias avançadas. Considera-se que a recuperação da economia mundial estará incompleta, pois projeta-se que o nível de atividade económica permanecerá abaixo da trajetória anterior à pandemia.

Relativamente ao comércio mundial, excluindo a área do euro, projeta-se que após a contração de 2020, recupere em 2021 e apresente uma taxa média de expansão de 3,7% em 2022 e 2023. A queda acentuada das importações mundiais, excluindo a área do euro, em 2020 reflete a sua forte natureza pró-cíclica, em especial durante contrações económicas, mas também o carácter específico da crise da COVID-19. As perturbações temporárias das cadeias de oferta mundiais e os custos comerciais acrescidos, devido às medidas de contenção da COVID-19, pesaram indubitavelmente sobre o comércio mundial.

Com a crescente disponibilidade de vacinas, melhores terapias, testes e rastreamento, espera-se que no final de 2022 o nível de transmissão local do vírus seja reduzido. Algumas regiões e países terão baixa transmissão local mais cedo do que outros, dependendo das circunstâncias específicas do país.

A geração de fundos da UE ajudará a elevar a atividade económica entre as economias avançadas com repercussões favoráveis para os parceiros comerciais. No entanto, os déficits fiscais na maioria dos países devem diminuir em 2021 à medida que as receitas aumentam e as despesas diminuem automaticamente com a recuperação.

Os principais bancos centrais devem manter a atual configuração das taxas de juros e as condições financeiras deverão permanecer nos níveis atuais para as economias avançadas, melhorando gradualmente para mercados emergentes e economias em desenvolvimento.





As condições financeiras globais, em particular na área do euro, permanecerão favoráveis, num quadro de orientação acomodatória da política monetária e de medidas de apoio à liquidez.

As perspetivas para a economia portuguesa estão rodeadas de alguma incerteza associada à evolução da pandemia, à resposta dos agentes económicos às medidas de proteção da saúde pública e ao impacto das medidas de apoio.

A recuperação do PIB será gradual e diferenciada entre setores, sendo mais lenta em atividades ligadas ao turismo, cultura e entretenimento. O PIB deverá retomar o nível pré-pandemia no final de 2022.

Tomando como referência as projeções mais recentes do Eurosistema, a economia portuguesa cresce acima da área do euro no período 2022-23, o que traduz uma retoma do processo gradual de convergência real. Neste período as exportações portuguesas deverão crescer acima das da área do euro.

A recuperação do comércio deverá ser condicionada pelos fluxos internacionais de turismo e de transportes, e por uma reorganização das cadeias de produção globais.

A melhoria gradual do mercado de trabalho e do rendimento e a manutenção de condições favoráveis de financiamento sustentam a recuperação do consumo das famílias. Antecipa-se uma recuperação diferenciada, mais lenta no consumo de serviços expostos a contatos pessoais.

O investimento público deverá manter um crescimento dinâmico, beneficiando do aumento no recebimento de fundos europeus, o investimento empresarial recupera e acompanhando a retoma da procura.

Na recuperação do investimento empresarial têm um papel importante as medidas de apoio à situação financeira das empresas, as medidas de política monetária que contribuem para condições de financiamento favoráveis, os fundos europeus, em particular no âmbito do Programa de Recuperação e Resiliência, e o dinamismo do investimento público. O recebimento de fundos europeus terá um papel determinante na evolução da capacidade de financiamento da economia portuguesa. Antecipa-se que Portugal receba em média um montante de fundos da UE equivalente a 3,7% do PIB.

(Fonte: IMF, World Economic Outlook, Relatórios BCE e BP)

União Desportiva Vilafranquense, Futebol SAD
EN 10 Campo do Covaçó, 2600-209 Vila Franca de Xira, Lisboa
Telefone: 263 100 013
NIPC 510 779 301
rh@udvfutsad.com | www.udvfutsad.com





4.2 – Evolução previsível da sociedade

Perante o cenário macroeconómico apresentado e a situação da economia nacional, e de acordo com a estratégia seguida nos anos anteriores, prevê-se o aprofundamento das relações comerciais com os nossos principais parceiros, continuando a evoluir quer em termos de organização, mas, sobretudo, a nível do nosso empenho para cada um dos nossos parceiros de negócio, procurando a sustentabilidade da SAD no médio e longo prazo.

Na perspetiva desportiva, pretendemos em 2021/22 dar continuidade à estratégia que vimos seguindo nos últimos dois anos, mantendo o objetivo fundamental de com uma organização dinâmica e flexível consolidar a permanência na segunda liga, contratado novos jogadores e mantendo os jogadores mais influentes.

No curto prazo, existe a forte convicção que os resultados finais serão bem mais positivos em relação ao agora apresentado. Existem objetivos desportivos por atingir mas não só, existem também objetivos de desenvolvimento do funcionamento da atividade da Sociedade, proporcionando a sua afirmação no futebol, evoluindo de forma equilibrada, consciente e sem hipotecar o seu futuro, de forma a conquistar melhores resultados desportivos e consequentemente mais títulos e ser uma referência também na comunidade onde se insere.

É desta forma que este Conselho de Administração perspetiva que no médio/longo prazo a Sociedade estabilize e se desenvolva.

5. POLÍTICAS DE GESTÃO E RISCO

O Conselho de Administração considera que o União Desportiva Vilafranquense SAD está sujeita aos riscos normais das sociedades desportivas do mercado em que opera, que são principalmente, o risco desportivo, o risco de licenciamento para as competições, o risco de mercado, o risco de crédito e o risco de não poder jogar no seu Estádio em Vila Franca de Xira.

- a) O risco desportivo resulta essencialmente dos resultados das competições desportivas. Tal como acontece com as restantes sociedades que disputam a 2ª Liga, esse risco é representado, a título principal, pela descida de divisão.





- b) A respeito do risco de licenciamento para as competições, a participação nas provas profissionais organizadas pela Liga Portuguesa de Futebol Profissional tem vindo a ser sujeitas a exigências crescentes. A União Desportiva Vilafranquense futebol SAD tem vindo a preencher esses requisitos todos os anos, e o Conselho de Administração considera que não existe risco relevante de esse licenciamento não ser conseguido para a próxima época, sem prejuízo do que se afirma neste Relatório a respeito dos outros tipos de risco.
- c) A respeito do risco de mercado, o principal risco que se antecipa, a médio prazo, é a desvalorização das competições desportivas nacionais em favor de competições internacionais exclusivas para um pequeno núcleo de clubes nacionais. O Conselho de Administração está atento ao tema e fará e contribuirá para impedir a desvalorização das competições nacionais.
- d) A respeito do risco de crédito, é sabido que em Portugal o financiamento bancário para o futebol está praticamente impedido. Essencialmente, ao longo dos últimos anos as necessidades de financiamento da Sociedade têm vindo a ser supridas pela acionista maioritária da Sociedade.
- e) Por fim, no que respeita ao risco de indisponibilidade do estádio do Cevadeiro em Vila Franca de Xira para a realização de jogos oficiais. Na época em curso a Sociedade treina e joga, principalmente, no Complexo Desportivo Rio Maior, por o Campo do Cevadeiro não reunir as condições necessárias a realizações de jogos organizados pela Liga Portuguesa de Futebol Profissional. O Conselho de Administração está a desenvolver todos os esforços para encontrar uma solução duradoura com a CMVFX, havendo negociações em curso com objetivo de melhoramento do complexo desportivo do Cevadeiro de forma a ter de regresso ao Concelho de Vila Franca de Xira futebol profissional.

6. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Tendo em conta:

- O mau desempenho verificado no exercício;
- Que a SAD operou no período com resultados negativos;
- Que existem expectativas de recuperação do equilíbrio da conta de exploração;

O Conselho de Administração propõe, que o “Resultado Líquido do Período”, que foi negativo em 2.031.771,97 Euros, seja transferido para “Resultados Transitados”





**UNIÃO DESPORTIVA
VILAFRANQUENSE
FUTEBOL SAD**

7. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras, incluídas:

- Balanço em 30 de junho de 2021
- Demonstração de resultados por naturezas
- Demonstração de fluxos de caixa
- Relatórios do Revisor Oficial de 3Contas
- Anexo ao Relatório de Gestão

são parte integrante do presente relatório e contas.

8. OUTRAS INFORMAÇÕES

Não se registaram quaisquer negócios entre esta Sociedade e os seus administradores, nem foi emitida qualquer autorização para o efeito, a sociedade não tem ações próprias e não tem sucursais.

9. AGRADECIMENTOS

O Conselho de Administração aproveita para agradecer aos demais órgãos sociais, designadamente à Mesa da Assembleia Geral e ao Fiscal Único, a Rosa Carvalho & Associados, SROC, Lda, na pessoa do Dr. Nuno Carvalho, bem como à Vertente na pessoa do Dr. António Santos pelo trabalho realizado nesta apresentação de contas.

Vila Franca de Xira, 23 de Agosto de 2021

Conselho de administração




União Desportiva Vilafranquense, Futebol SAD
EN 10 Campo do Cevadeiro, 2600-209 Vila Franca de Xira, Lisboa
Telefone: 263 100 015
NIPC 510 779 301
rh@udvfutsad.com | www.udvfutsad.com





**UNIÃO DESPORTIVA
VILAFRANQUENSE
FUTEBOL SAD**



ANEXO AO RELATORIO DE GESTÃO

(cfr Código das Sociedades Comerciais)

Nos termos e para efeitos do nº4 do Artº 448 do Código das Sociedades Comerciais, eram titulares da sociedade, à data de encerramento do exercício, 30 de junho de 2021:

Titular	Nº ações	31/12/2019	% capital
NUMEROS MOURISCOS, UNIPessoal, LDA	36.000	180.000,00	90%
UNIÃO DESPORTIVA VILAFRANQUENSE	4.000	20.000,00	10%

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

NOME NOME: OSVALDO CARLOS VOGES
NIF/NIPC: 303389443
CARGO: PRESIDENTE

NOME: ALMIR FIORAVANTE CAMARGO
NIF/NIPC: 302384650
CARGO: VOGAL

NOME: MÁRCIO DAVID GONÇALVES QUINDERA DE OLIVEIRA
NIF/NIPC: 220662746
CARGO: VOGAL

DATA DA DELIBERAÇÃO: 2020-09-30.


União Desportiva Vilafranquense, Futebol SAD
EN 10 Campo do Cavadeiro, 2600-209 Vila Franca de Xira, Lisboa
Telefone: 263 100 015
NIPC 510 779 301
rh@udvfutsad.com | www.udvfutsad.com





União Desportiva Vilafranquense, Futebol, SAD

Balanço em 30.06.2021 e 30.06.2020

Unidade monetária Euro

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		30/06/2021	30/06/2020
ACTIVO			
ACTIVO NÃO CORRENTE:			
Activos fixos tangíveis	3;7;	40.047,26	35.941,99
Activos intangíveis	3;6;	17.555,70	23.078,65
Outros investimentos financeiros	3;21;	2.044,97	2.667,74
		59.647,93	61.688,38
ACTIVO CORRENTE:			
Clientes	21;	6.666,00	32.020,45
Estado e outros entes públicos	3;21;	14.600,15	46.032,41
Outros créditos a receber	21;	85.134,50	76.407,09
Caixa e depósitos bancários	3;4;	3.188,32	43.887,95
		109.588,97	200.347,90
TOTAL DO ACTIVO		169.236,90	262.036,28
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio:			
Capital subscrito	21;	200.000,00	200.000,00
Outros instrumentos de capital próprio	5;	4.126.993,96	-
Resultados transitados	24;	(2.792.601,72)	(1.785.999,78)
		1.534.392,24	(1.585.999,78)
Resultado líquido do período	24;	(2.031.771,97)	(960.569,53)
Total do capital próprio		(497.379,73)	(2.546.569,31)
Passivo			
Passivo não corrente:			
Financiamentos obtidos	3;8;9;21;	-	2.150.786,79
		-	2.150.786,79
Passivo corrente:			
Fornecedores	21;	194.848,19	144.331,97
Estado e outros entes públicos	3;21;	381.581,53	447.552,34
Financiamentos obtidos	3;8;9;21;	-	-
Outras dívidas a pagar	21;	90.186,91	65.934,49
		666.616,63	657.818,80
Total do passivo		666.616,63	2.808.605,59
Total do capital próprio e do passivo		169.236,90	262.036,28

O Contabilista Certificado

A Gerência



União Desportiva Vilafranquense, Futebol, SAD

Demonstração dos resultados por naturezas do período findo em 30.06.2021 e 30.06.2020

Unidade monetária Euro

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		07/20 - 06/21	07/19 - 06/20
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e serviços prestados	3;17;	734.785,08	503.189,51
Subsídios à exploração	18;	144.399,48	38.490,10
Fornecimentos e serviços externos	12;	(810.613,50)	(343.030,11)
Gastos com o pessoal	3;13;	(2.033.393,10)	(1.141.573,38)
Outros rendimentos	14;	22.001,55	106.199,97
Outros gastos	15;	(63.498,68)	(104.364,90)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(2.006.319,17)	(941.088,81)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6;7;	(13.040,10)	(18.266,91)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(2.019.359,27)	(959.355,72)
Juros e gastos similares suportados	3;9;16;	(5.441,70)	(1.077,65)
Resultado antes de Impostos		(2.024.800,97)	(960.433,37)
Imposto sobre o rendimento do período	3;20;	(6.971,00)	(136,16)
Resultado líquido do período		(2.031.771,97)	(960.569,53)
Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período			
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores de capital da empresa-mãe			
Interesses que não controlam			
Resultado por acção básico		-	-

O Contabilista Certificado

A Gerência



União Desportiva Vilafranquense, Futebol, SAD

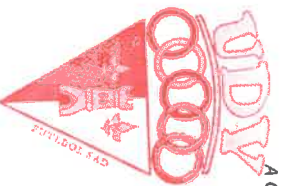
Demonstração das alterações no capital próprio no período findo em 30 Junho 2020

Unidade monetária Euro

ALTERAÇÕES NO PERÍODO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe										Incrências que não continuam	Total do Capital Próprio	
		Capital suscrito	Ações (quótas) próprias	Prestações suplementares e outros instrumentos de capital próprio	Premios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Excedentes de revalorização	Ajustamentos por alterações de capital próprio	Resultado líquido do período			Total
1	50.000,00€							(1.478.208,20)			(350.443,58)	(1.779.049,78)		(1.779.049,78)
Primeira adopção de novo referencial contabilístico														
Alterações de políticas contabilísticas														
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras														
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis														
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações														
Ajustamentos por impostos diferidos														
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	21:							(307.793,58)			350.843,58	43.050,00		43.050,00
2								(307.793,58)			350.843,58	43.050,00		43.050,00
3	21:									(960.569,53)	(960.569,53)			(960.569,53)
4=2+3										(609.725,95)	(917.519,53)			(917.519,53)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO														
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO														
Realizações de capital		150.000,00												150.000,00
Realizações de prémios de emissão														
Distribuições														
Entradas para cobertura de perdas														
Outras operações														
5		150.000,00										150.000,00		150.000,00
6=1+2+3+4+5	21:	200.000,00						(1.785.999,79)			(350.569,53)	(2.546.569,21)		(2.546.569,21)

O Contabilista Certificado

A Gerência





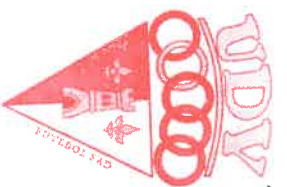
União Desportiva Vilafranquense, Futebol, SAD

Demonstração das alterações no capital próprio no período findo em 30 Junho 2021

DESCRÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe										Unidade monetária Euro		
		Capital suscrito	Ações (quintas) e outros instrumentos de capital próprio	Reservas suplementares e outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Reservas transitórias	Excedentes de reavaliação	Ajustamentos de variações no capital próprio	Resultados líquidos do período	Total	Interesses não controlados	Total do Capital Próprio
ALTERAÇÕES NO PERÍODO	6	200.000,00						(1.1705.999,70)			(960.569,53)	(2.546.569,31)		(2.546.569,31)
Primeira adopção de novo referencial contabilístico														
Alterações de políticas contabilísticas														
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras														
Realização do excedente de reavaliação de activos financeiros tangíveis e intangíveis														
Excedentes de reavaliação de activos financeiros tangíveis e intangíveis e respectivos valores														
Ajustamentos por impostos diferidos														
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	21:							(1.006.601,94)		960.569,53	(46.032,41)	(46.032,41)	(46.032,41)	
RESULTADO LIQUIDO DO PERÍODO	7							(1.006.601,94)		960.569,53	(46.032,41)	(46.032,41)	(46.032,41)	
RESULTADO INTEGRAL	8							(2.031.771,97)		(2.031.771,97)	(2.031.771,97)	(2.031.771,97)	(2.031.771,97)	
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO	9=7+8							(1.071.202,44)		(2.077.395,42)	(2.077.395,42)	(2.077.395,42)	(2.077.395,42)	
Realizações de capital														
Realizações de prémios de emissão														
Distribuições														
Entradas para cobertura de perdas														
Outras operações	10			4.126.993,96						4.126.993,96	4.126.993,96	4.126.993,96	4.126.993,96	
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO	11=6+7+8+10	200.000,00		4.126.993,96			(2.792.601,72)			(2.031.771,97)	(463.379,73)	(463.379,73)	(463.379,73)	

O Contabilista Certificado

Handwritten signature



A Gerência

Handwritten signature



União Desportiva Vilafranquense, Futebol, SAD

Demonstração de fluxos de caixa do período findo em 30.06.2021 e 30.06.2020

Unidade monetária Euro

RUBRICAS	NOTAS	Períodos	
		07/20 - 06/21	07/19 - 06/20
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de clientes	+	758.301,22	691.732,46
Pagamentos a fornecedores	-	(810.003,38)	(375.503,88)
Pagamentos ao pessoal	-	(1.323.153,22)	(1.513.010,37)
Caixa gerada pelas operações	+/-	(1.374.855,37)	(1.196.781,79)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-/+	(136,16)	
Outros recebimentos/pagamentos	+/-	(626.577,38)	514.954,30
Fluxos de caixa das actividades operacionais	(1)	(2.001.568,91)	(681.827,49)
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis	-	(10.518,95)	(13.808,15)
Activos intangíveis	-		
Investimentos financeiros	-		
Outros activos	-		
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis	+		
Activos intangíveis	+	622,77	
Investimentos financeiros	+		
Outros activos	+		
Subsídios ao investimento	+		
Juros e rendimentos similares	+		
Dividendos	+		
Fluxos de caixa das actividades de investimento	(2)	(9.896,18)	(13.808,15)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	+	4.126.993,96	738.345,18
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	+		
Cobertura de prejuízos	+		
Doações	+		
Outras operações de Financiamento	+		
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	-	(2.150.786,79)	
Juros e gastos similares	-	(5.441,70)	(1.164,66)
Dividendos /Distribuição de resultados	-		
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-		
Outras operações de financiamento	-		
Fluxos de caixa das actividades de financiamento	(3)	1.970.765,47	737.180,52
Varição de caixa e seus equivalentes	(1)+(2)+(3)	(40.699,63)	41.544,88
Efeito das diferenças de câmbio	+/-		
Caixa e seus equivalentes no início do período	+/-	43.887,95	2.343,07
Caixa e seus equivalentes no fim do período	+/-	3.188,32	43.887,95

O Contabilista Certificado

A Gerência

ANEXO AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Identificação da entidade

Designação da entidade:	União Desportiva Vilafranquense Futebol, SAD
Forma Legal:	Sociedade Anónima Desportiva
Local e data de constituição:	Vilafranca, constituída em Setembro de 2013
Sede:	Campo do União Desportiva Vilafranquense, Estrada Nacional nº. 10, Campo do Cevadeiro, Vila Franca de Xira
Natureza da Actividade:	Participação nas competições de futebol, a promoção e organização de espectáculos desportivos e o fomento ou desenvolvimento de actividades relacionadas com a prática desportiva profissionalizada da modalidade de futebol.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) previstas pelo Sistema de normalização contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, com as rectificações da Declaração de Rectificação nº 67-B/2009, de 11 de Setembro, e as alterações introduzidas pela Lei nº 20/2010, de 23 de Agosto e por o Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de Junho. O SNC é regulado pelos seguintes diplomas :

- Portaria nº 218/2015, de 23 de Julho (Código das Contas);
- Portaria nº 220/2015, de 24 de Julho (Modelos de Demonstrações Financeiras);
- Aviso nº 8254/2015, de 29 de Julho (Estrutura Conceptual);
- Aviso nº 8255/2015, de 29 de Julho (Norma Contabilística para Microentidades);
- Aviso nº 8256/2015, de 29 de Julho (Normas Contabilísticas e de relato Financeiro-28);
- Aviso nº 8257/2015, de 29 de Julho (Normas Contabilísticas e de relato Financeiro para pequenas entidades);
- Aviso nº 8258/2015, de 29 de Julho (Normas Interpretativas).

2.2. Indicação e Justificação das disposições do SNC que tenham sido derogadas.

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.3. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração de resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

Não existem contas do balanço e da demonstração de resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

3. Principais Políticas contabilísticas.

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritas abaixo. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos, excepto quando referido em contrário.

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

A empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de “Devedores e credores por acréscimos e diferimentos”.

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data do balanço são classificados, respectivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os ‘Ativos e Passivos por Impostos diferidos’ e as ‘Provisões’ são classificados como ativos e passivos não correntes.

Os passivos contingentes em que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja apenas possível, não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgadas no anexo, a menos que a possibilidade de se concretizar a saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não sejam objecto de divulgação.

Ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas são divulgadas no anexo às demonstrações financeiras quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

3.1. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são registados no momento da sua entrada em funcionamento, sendo registado ao custo de aquisição (valor de factura acrescido das despesas de transporte, montagem e disposição final), com excepção dos bens reavaliados nos termos de diplomas legais ou baseados em parecer de perito especializado.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados em função das vidas úteis que resultam das taxas mínimas previstas no DR 25/2009.

A empresa procedeu à revisão da vida útil dos seus ativos, tendo concluído que as vidas definidas se encontram adequadas.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são registados como gastos do exercício em que são incorridos. As grandes reparações que contribuam para a melhoria efectiva da capacidade produtiva e operacional dos ativos, são capitalizadas no imobilizado e depreciadas pelo número de anos de vida útil remanescente do activo a que se referem.

As mais ou menos valias provenientes da alienação ou abate são determinadas pela diferença entre os recebimentos das alienações e a quantia contabilística do activo, e são reconhecidos como rendimentos ou gastos na demonstração dos resultados, na linha de “Outros gastos e perdas operacionais” ou “Outros rendimentos e ganhos operacionais”.

Não foram efetuados testes de imparidade aos ativos fixos tangíveis, uma vez que não foram identificados indicadores de imparidades.

3.2. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são contabilizados ao custo de aquisição sendo depreciados em função das vidas úteis que resultam das taxas mínimas previstas no DR 25/2009. Não foram efetuados testes de imparidade aos ativos fixos intangíveis, uma vez que não foram identificados indicadores de imparidades.

3.3. Investimentos Financeiros

Os investimentos financeiros são constituídos por unidades de participação no Fundo de Compensação do Trabalho e estão registados ao justo valor.

3.4. Impostos sobre Rendimentos

O Imposto sobre o Rendimento do período respeita apenas a impostos correntes do exercício. O Imposto Corrente é determinado com base no resultado contabilístico ajustado de acordo com a legislação fiscal em vigor a que está sujeita a empresa.

Nos termos da legislação em vigor, as correspondentes declarações fiscais estão sujeitas a revisão por parte das autoridades fiscais durante um período que varia entre 4 e 5 anos, o qual pode ser prolongado em determinadas circunstâncias, nomeadamente quando existem prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações.

A gerência suportada nas posições dos seus consultores fiscais e tendo em conta as responsabilidades reconhecidas, entende que das eventuais revisões dessas declarações fiscais não resultarão correcções materiais nas demonstrações financeiras da empresa.

3.5. Clientes e outros valores a receber

As contas de “Clientes” e “Outros valores a receber” estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidade, registadas na conta de “Perdas por imparidade acumuladas”, por forma a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

3.6. Fornecedores e outros valores a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

3.7. Inventários

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo, caso existam, encontram-se valorizadas ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, no caso de este ser inferior, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio das saídas. Os inventários são reduzidos para o seu valor realizável líquido nos casos em que o valor destes bens é inferior ao menor do custo médio de aquisição ou de realização.

3.8. Provisões

As provisões apenas são reconhecidas quando existe uma obrigação presente que resulte de eventos passados, ou uma quantia incerta, para a liquidação da qual seja provável a necessidade de afectação de recursos internos e cujo montante possa ser estimado com razoabilidade.

3.9. Locações

As locações de ativos, relativamente aos quais a empresa detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do bem, são classificadas como locações financeiras. Serão igualmente de classificar como locações financeiras aqueles acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza. Todas as outras locações serão classificadas como locações operacionais.

As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do activo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação sendo a responsabilidade reconhecida, líquida de encargos financeiros, no passivo. Os ativos adquiridos através de locações financeiras são depreciadas de acordo com as taxas do decreto regulamentar 25/2009 de 14 de Setembro.

3.10. Passivos Financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos quando a empresa se constitui parte na respectiva relação contratual. Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem e classificam-se como Empréstimos ou Contas a pagar.

Os empréstimos são reconhecidos ao seu custo histórico. Os empréstimos obtidos são classificados no passivo corrente, excepto se empresa possuir um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificado no passivo não corrente. As outras contas a pagar, saldos de fornecedores e outros credores, são registados pelo seu valor nominal, o qual se entende ser o seu justo valor.

3.11. Estado e Outros Entes Públicos

Os saldos ativos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor. No que respeita aos ativos não foi reconhecida qualquer imparidade por se considerar que tal não é aplicável dada a natureza específica do relacionamento.

3.12. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem numerário e depósitos bancários sem risco significativo de alteração de valor que são mensurados ao custo.

3.13. Juros e gastos similares suportados

Os gastos com financiamento são reconhecidos na demonstração de resultados do período a que respeitam. Quando atribuíveis à aquisição, construção, ou produção de um activo que se quantifica podem ser capitalizados.

3.14. Gastos e perdas

Os gastos e perdas são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo (especialização do exercício).

3.15. Rédito

O rédito compreende o justo valor da venda de bens ou prestação de serviços, líquido de impostos e descontos. É reconhecido quando o desfecho da transacção pode ser fiavelmente estimado o que ocorre quando a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada, é provável que os benefícios económicos associados à transacção fluam para a empresa e os custos incorridos com a transacção e os custos para concluir a transacção podem ser fiavelmente mensurados.

3.16. Gastos com o Pessoal

Os gastos com o pessoal são reconhecidos quando o serviço é prestado pelos empregados independentemente da data do seu pagamento e de acordo com a legislação laborar em vigor os empregados têm direito a férias e a subsídio de férias no ano seguinte àquele em que o serviço é prestado. Assim, foi reconhecido nos resultados do exercício um acréscimo do montante a pagar no ano seguinte o qual se encontra reflectido na rubrica “Outras dívidas a pagar”.

3.17. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data de balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, se materiais são divulgados nas notas às Demonstrações financeiras.

4. Fluxos de Caixa

Da análise do quadro abaixo verificamos a evolução dos montantes de caixa e equivalentes, nomeadamente os valores disponíveis e indisponíveis para uso.

(valores expressos em euros)

Meios financeiros líquidos constantes do balanço		30.06.2021			30.06.2020		
		Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais	Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais
Caixa	Numerário	1.694,15		1.694,15			
	...						
	Subtotais	1.694,15		1.694,15			
Depósitos bancários	Depósitos à ordem	1.494,17		1.494,17	43.887,95		43.887,95
	Outros depósitos bancários						
	...						
	Subtotais	1.494,17		1.494,17	43.887,95		43.887,95
Outros equivalentes de caixa	...						
	Subtotais						
Totais		3.188,32		3.188,32	43.887,95		43.887,95

Não existem quantias indisponíveis para uso a 30.06.2021.

5. Partes relacionadas

A sociedade recebe com alguma regularidade transações financeiras da empresa Números Mouriscos, Unipessoal,Lda, número de identificação fiscal 515 741 574, com sede na rua Engenheiro Moniz da Maia, nº12, R/C B, Urbanização Malvarosa, Alverca do Ribatejo, que tem como atividade principal as atividades das sociedades gestoras de participações sociais não financeiras.

(valores expressos em euros)

Saldo pendentes com as partes relacionadas		30-06-2021	30-06-2020
		Prestações Acessórias	Financiamentos Obtidos
Entidades com controlo conjunto ou influência significativa sobre a entidade	Números Mouriscos	4.126.993,96	2.150.786,79
	Subtotais	4.126.993,96	2.150.786,79
Totais		4.126.993,96	2.150.786,79

(valores expressos em euros)

Remuneração pessoal chave da gestão	2020/21
Oswaldo Carlos Vogues	15.904,89
Totais	15.904,89

6. Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis são contabilizados ao custo de aquisição, são depreciados em função das vidas úteis que resultam das taxas máximas previstas no DR 25/2009 e são constituídos por programas de computador e outros ativos intangíveis.

(valores expressos em euros)

Ativos Intangíveis		Projetos de desenvolvimento			Propriedade Industrial					Ativos Intangíveis em curso	Totais
		Gerados internamente	Outros	Programas de computador	Marcas comerciais	Cabeçalhos e títulos de publicações	Licenças e franquias	Receitas, fórmulas, modelos, concepções e protótipos	Copyrights, patentes e outros direitos de propriedade industrial, direitos de serviços e operacionais		
Em 01.07.2019	Quantias brutas escrituradas								76.928,88		76.928,88
	Amortizações e perdas por impiedade acumuladas								(46.157,34)		(46.157,34)
	Quantias líquidas escrituradas								30.771,54		30.771,54
Adições											
Alienações, sinistros e abates											
Amortizações									(7.692,89)		(7.692,89)
Em 30.06.2020 (01.07.2020)	Quantias brutas escrituradas								76.928,88		76.928,88
	Amortizações e perdas por impiedade acumuladas								(53.850,23)		(53.850,23)
	Quantias líquidas escrituradas								23.078,65		23.078,65
Adições				2.520,00							2.520,00
Alienações, sinistros e abates											
Amortizações									(7.692,88)		(8.042,95)
Em 30.06.2021	Quantias brutas escrituradas								76.928,88		79.448,88
	Amortizações e perdas por impiedade acumuladas								(61.543,11)		(61.893,18)
	Quantias líquidas escrituradas								15.385,77		17.555,70

As quantias de depreciações de ativos intangíveis incluídas em cada uma das linhas das demonstrações de resultados são as seguintes:

(valores expressos em euros)

Quantias das amortizações de ativos intangíveis incluídas em cada uma das linhas das demonstrações dos resultados		Projetos de desenvolvimento			Propriedade Industrial					Totais	
		Gerados internamente	Outros	Programas de computador	Marcas comerciais	Cabeçalhos e títulos de publicações	Licenças e franquias	Receitas, fórmulas, modelos, concepções e protótipos	Copyrights, patentes e outros direitos de propriedade industrial, direitos de serviços e operacionais		
Demonstração dos resultados por naturezas	Gastos/reversões de depreciação e de amortização			350,07						7.692,88	8.042,95
	Custo das vendas e dos serviços prestados										
Demonstração dos resultados por funções	Gastos de distribuição										
	Gastos administrativos			350,07						7.692,88	8.042,95
	Gastos de investigação e desenvolvimento										
Outros gastos											

7. Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são registados no momento da sua entrada em funcionamento, sendo registado ao custo de aquisição, com excepção dos bens reavaliados nos termos de diplomas legais ou baseados em parecer de perito especializado. As depreciações dos ativos fixos tangíveis são depreciados em função em função das vidas uteis que resultam das taxas mínimas previstas no DR 25/2009, critério que tem sido mantido nos exercícios anteriores.

7.1. Quantias escrituradas e depreciações

A quantia escriturada bruta e depreciação acumulada no início e no fim do período é a seguinte:

(valores expressos em euros)

Ativos intangíveis		Projetos de desenvolvimento		Programas de computador	Propriedade industrial					Ativos intangíveis em curso	Totais
		Gerados internamente	Outros		Marcas comerciais	Cabeçalhos e títulos de publicações	Licenças e franquias	Receitas, fórmulas, modelos, concepções e protótipos	Copyright, patentes e outros direitos de propriedade industrial, direitos de serviços e operacionais		
Em 01.07.2019	Quantias brutas escrituradas								76.928,88		76.928,88
	Amortizações e perdas por imparidade acumuladas								(46.157,34)		(46.157,34)
	Quantias líquidas escrituradas								30.771,54		30.771,54
Adições											
Alienações, sinistros e abates											
Amortizações									(7.692,89)		(7.692,89)
Em 30.06.2020 (01.07.2020)	Quantias brutas escrituradas								76.928,88		76.928,88
	Amortizações e perdas por imparidade acumuladas								(53.850,23)		(53.850,23)
	Quantias líquidas escrituradas								23.078,65		23.078,65
Adições				2.520,00							2.520,00
Alienações, sinistros e abates											
Amortizações					(350,07)				(7.692,88)		(8.042,95)
Em 30.06.2021	Quantias brutas escrituradas				2.520,00				76.928,88		79.448,88
	Amortizações e perdas por imparidade acumuladas				(350,07)				(61.543,11)		(61.893,18)
	Quantias líquidas escrituradas				2.169,93				15.385,77		17.555,70

(valores expressos em euros)

Depreciações de ativos fixos tangíveis	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros ativos fixos tangíveis	Totais
Acumuladas em 01.07.2019	10.936,00	6.496,58	1.917,66	5.702,19		2.901,70	34.015,13
Reforços	4.187,00	4.585,44	575,00	799,23		427,35	10.574,02
Transferências							
Alienações							
Sinistros							
Acumuladas em 30.06.2020(01.07.2020)	21.122,00	11.084,02	2.492,66	6.501,42		3.389,05	44.589,15
Reforços	2.093,50	1.813,79	(191,66)	540,21		109,62	4.165,46
Transferências							
Alienações							
Sinistros							
Acumuladas em 30.06.2021	23.215,50	12.897,81	2.301,00	7.041,63		3.498,67	48.754,61

7.2. Divulgações sobre restrições e garantias

Não existem restrições sobre a utilização dos ativos tangíveis da sociedade e não foram dados em garantia quaisquer ativos tangíveis da sociedade.

7.3. Revalorizações

Os ativos tangíveis da empresa não foram revalorizados.

8. Locações

À data de 30 de junho de 2021 não existem bens em locação financeira e assim como não existe qualquer reserva de propriedade sobre os bens da empresa.

9. Custos com empréstimos obtidos

Os gastos com financiamento são reconhecidos na demonstração de resultados do período a que respeitam. Quando atribuíveis à aquisição, construção, ou produção de um activo que se quantifica podem ser capitalizados.

Em 2020/21 e nos anteriores exercícios, não foram capitalizados valores relativos a empréstimos obtidos para financiar ativos.

10. Imparidade de ativos

No presente exercício a empresa não reconheceu nos resultados perdas por imparidade em dívidas a receber. O reconhecimento das imparidades em dívidas a receber é avaliada no final de cada exercício e é reconhecida apenas quando se verifica existir evidência objetiva da mesma.

11. Inventários

À data de 30 de junho de 2021 a sociedade não apresenta valores nas contas de inventários.

12. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 30 de junho de 2021 e de 2020, foi a seguinte:

(valores expressos em euros)		
FSE	2020/21	2019/20
Subcontratos		
Serviços Especializados	410.490,44	203.892,87
Materiais	58.930,95	8.901,85
Energia e Fluidos	33.305,05	16.179,95
Deslocações Estadas e Transportes	150.370,41	80.155,90
Serviços Diversos	157.516,65	33.899,54
Soma	810.613,50	343.030,11

13. Gastos com o pessoal

A repartição dos gastos com o pessoal nos períodos findos em 30 de junho de 2021 e de 2020, foi a seguinte:

(valores expressos em euros)		
Gastos com o pessoal	2020/21	2019/20
Remunerações dos Órgãos Sociais		
Remunerações do pessoal	1.263.903,76	829.636,33
Encargos sobre Remunerações	141.435,31	113.610,27
Indemnizações	319.325,39	
Seguro Ac. Trab. e Doenças Profi.	110.717,37	53.482,52
Gastos com ação social	56.633,49	120.157,26
Outros gastos com Pessoal	141.377,78	24.687,00
Soma	2.033.393,10	1.141.573,38
Número Médio de Colaboradores	39	37

14. Outros rendimentos

Os outros rendimentos, nos períodos findos em 30 de junho de 2021 e de 2020, foram como segue:

(valores expressos em euros)

Outros rendimentos	2020/21	2019/20
Rendimentos suplementares		
Descontos de pronto pagamento obtidos		
Ganhos em inventários		
Rend. Ganhos em invest. não Financeiros	21.169,90	
Imputação de subsídios a investimentos		
Outros	831,65	106.199,97
Soma	22.001,55	106.199,97

15. Outros gastos

Os outros gastos, nos períodos findos em 30 de junho de 2021 e de 2020, foram como segue:

(valores expressos em euros)

Outros Gastos	2020/21	2019/20
Impostos	132,00	542,87
Desconto pronto pagamento concedidos		
Perdas em investimentos não financeiros	30.000,00	
Outros	33.366,68	103.822,03
Soma	63.498,68	104.364,90

16. Juros e rendimentos / gastos similares

Os juros e rendimentos / gastos similares, nos períodos de 2020/21 e de 2019/20, tinham a seguinte composição:

(valores expressos em euros)

	2020/21	2019/20
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos de depósitos bancários		
Outros rendimentos similares		
Soma	0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		
Juros de financiamento obtidos		
Juros de Contratos Loc. Financeira		
Outros juros	3.502,47	87,01
Outros gastos e perdas de financiamento	1.939,23	990,64
Soma	5.441,70	1.077,65
Saldo	(5.441,70)	(1.077,65)

17. Rédito

Conforme referido atrás, o rédito compreende o justo valor da venda de bens e prestações de serviços, líquido de impostos e descontos. É reconhecido quando o desfecho da transacção pode ser fiavelmente estimado o que ocorre quando a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada, é provável que os benefícios económicos associados à transacção fluam para a empresa e os custos incorridos com a transacção e os custos para concluir a transacção podem ser fiavelmente mensurados.

As categorias de réditos da empresa são a prestação de serviços associados à disputa da Liga SABSEG e restantes competições onde participa. A prestação de serviços compreende as atividades operacionais, as receitas de televisão e as receitas da formação.

(valores expressos em euros)

Quantias dos réditos reconhecidas no período		2020/21			2019/20	
		Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Varição percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período
Venda de bens	Mercadorias		0,00%			0,00%
	...		0,00%			0,00%
Subtotal		0,00	0,00%		0,00	0,00%
Prestação de serviços	Atividades Operacionais	373.010,76	50,76%	373,82%	78.723,83	15,64%
	Receitas de Televisão	350.000,00	47,63%	(2,27%)	358.142,05	71,17%
	Receitas de Formação	11.774,32	1,60%	(82,25%)	66.323,63	13,18%
Subtotal		734.785,08	100,00%	46,03%	503.189,51	100,00%
Total		734.785,08	100,00%	46,03%	503.189,51	100,00%

18. Subsídios do Governo e apoios do governo

Os subsídios recebidos respeitam a subsídios à Exploração para o desenvolvimento da formação do clube recebidos da Federação Portuguesa de Futebol e são reconhecidos como rendimento do exercício.

No exercício de 2020/21 e 2019/20 foram reconhecidos os seguintes valores relativos a subsídios.

(valores expressos em euros)

Quantias dos subsídios reconhecidas na demonstração dos resultados e no balanço			2020/21					2019/20					
			Demonstração dos resultados		Balanço			Demonstração dos resultados		Balanço			
			Reconhecidas como subsídios à exploração	Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Reconhecidas no capital próprio (Outras variações no capital próprio)	Reconhecidas no passivo Como rendimentos a reconhecer (Diferimentos)	Como passivos a reembolsar	Reconhecidas como subsídios à exploração	Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Reconhecidas no capital próprio (Outras variações no capital próprio)	Reconhecidas no passivo Como rendimentos a reconhecer (Diferimentos)	Como passivos a reembolsar	
Não reembolsáveis	Subsídios relacionados com activos	...											
	Subtotais												
Não reembolsáveis	Subsídios relacionados com resultados	F. Portuguesa Futebol	144.399,48				2.017,23						
		Ass. Futebol Lisboa					38.472,00						
	Subtotais		144.399,48				38.490,13						
Totais		144.399,48				38.490,13							

19. Acontecimentos após a data do balanço

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, não sendo conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras a 30 de junho de 2021.

20. Impostos sobre rendimentos

Nos termos da legislação em vigor, as correspondentes declarações fiscais estão sujeitas a revisão por parte das autoridades fiscais durante um período que varia entre 4 e 5 anos, o qual pode ser prolongado em determinadas circunstâncias, nomeadamente quando existem prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações.

A Administração, suportada nas posições dos seus consultores fiscais e tendo em conta as responsabilidades reconhecidas, entende que das eventuais revisões dessas declarações fiscais não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras da empresa.

Reconciliação entre o imposto corrente e o imposto sobre o rendimento do período:

(valores expressos em euros)

Quantias dos principais componentes de (gasto)/rendimento de impostos		2020/21	2019/20	
Ajustamentos reconhecidos no período de impostos correntes de períodos anteriores		1		
Imposto corrente		2	6.971,00	
Imposto sobre o rendimento do período (Gastos) rendimentos por impostos diferidos	De diferenças temporárias		136,16	
	De alterações nas taxas de tributação ou de novos impostos			
	De alterações nas políticas contabilísticas e nos erros não contabilizadas retrospectivamente			
	Da (redução)/reversão de uma diminuição anterior de activos por impostos diferidos			
	Benefícios de perdas fiscais não reconhecidas anteriormente, de créditos por impostos ou de diferenças temporárias de um período anterior	Usados para reduzir gastos de impostos correntes		
		Usadas para reduzir gastos de impostos diferidos		
	Imposto diferido	3		
Imposto sobre o rendimento do período		4 = 2 + 3	6.971,00	
Totais		5 = 1 + 4	6.971,00	

21. Instrumentos financeiros

É política da empresa reconhecer um activo, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A empresa mensura ao custo ou ao custo amortizado menos perda por imparidade os instrumentos financeiros que tenham uma maturidade definida, que os retornos sejam de montante fixo, com taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou de taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento (como por exemplo a euribor) ou que inclua um spread sobre esse mesmo indexante, não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal e de juro acumulado (excluindo-se os casos de risco de crédito).

Os contratos para conceder ou contrair empréstimo em base líquida e os instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como contratos ligados a tais instrumentos que, se executados, resultam na entrega de tais instrumentos, são mensurados ao custo ou ao custo amortizado menos perda por imparidade.

Todos os instrumentos financeiros que não sejam mensurados ao custo ou ao custo amortizado menos qualquer perda de imparidade são mensurados ao justo valor.

A empresa não inclui os custos de transação na mensuração inicial do activo ou passivo financeiro que seja mensurado ao justo valor com contrapartida em resultados.

Enquanto a empresa for detentora de um instrumento financeiro, a política de mensuração não será alterada.

21.1. Clientes

Em 30 de junho de 2021 e de 2020, a rubrica “Clientes” tinha a seguinte composição:

(valores expressos em euros)

Clientes	30.06.2021	30.06.2020
Clientes Conta Corrente	6.666,00	32.020,45
Clientes Cobrança Duvidosa		
Soma	6.666,00	32.020,45
Perdas por Imparidade		
Total	6.666,00	32.020,45

21.2. Estado e outros entes publicos

Em 30 de junho de 2021 e de 2020, a rubrica “Estado e outros entes públicos”, apresentava os seguintes saldos devedores e credores:

(valores expressos em euros)

Estado e outros entes públicos	30.06.2021	30.06.2020
Saldos Devedores		
IRC – A Recuperar		
IVA - Recuperar	14.600,15	
Restantes Impostos		
Contribuição p/ Seg. Social		46.032,41
Soma	14.600,15	46.032,41
Saldos Credores		
Corrente		
IRC - A Pagar	28.167,34	21.332,50
Retenção imposto s/ rend.	36.691,26	75.183,98
Retenção imposto s/ rend. - prestacional	109.623,18	97.630,62
IVA - A Pagar	14.783,58	47.511,21
Contribuição p/ Seg. Social	69.214,19	72.019,55
Contribuição p/ Seg. Social - prestacional	121.453,10	132.225,60
Fundos de Compensação - FCT FGCT	1.648,88	1.648,88
Restantes Impostos		
Soma	381.581,53	447.552,34
Não corrente		
Restantes Impostos		
Saldo	(366.981,38)	(401.519,93)

21.3. Outros créditos a receber

Em 30 de junho de 2021 e de 2020, a rubrica “Outros créditos a receber” tinha a seguinte composição:

(valores expressos em euros)

Outros créditos a receber	30.06.2021	30.06.2020
Não Correntes		
Adiant. a fornecedores de investimentos		
Outros devedores	50.159,27	30.611,80
Soma	50.159,27	30.611,80
Corrente		
Adiant. e outras operações com o pessoal		
Outros acréscimos de rendimentos		
Outros devedores	2.700,00	
Saldos devedores de fornecedores CC	32.275,23	47.795,29
Soma	34.975,23	47.795,29
Total	85.134,50	78.407,09

21.4. Diferimentos

Em 30 de junho de 2021 e de 2020 os saldos da rubrica “Diferimentos” do activo não apresenta valores.

21.5. Indicação das quantias de capital social nominal

O capital social, integralmente subscrito e realizado, é de duzentos mil euros, divididos em quarenta mil ações nominativas com o valor nominal de 5 euros cada e encontra-se repartido conforme segue:

Acionista	Nº de Ações	% capital Social	% Votos
Números Mouriscos Unipessoal, Lda	36.000	90,00%	90,00%
União Desportiva Vilafranquense - Clube	4.000	10,00%	10,00%
Soma	40.000	100,00%	100,00%

A 30 junho de 2021 a Números Mouriscos, Unipessoal, Lda tem registado na SAD como prestações acessórias de capital o valor de 4.126.993,96 Euros.

21.6. Situações de incumprimento de empréstimos obtidos

A sociedade a 30 de junho de 2021 não apresenta qualquer incumprimento em empréstimos obtidos.

21.7. Financiamentos obtidos

Em 30 de junho de 2021 e de 2020 os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

(valores expressos em euros)

Financiamentos Obtidos	30.06.2021	30.06.2020
Não Correntes		
Empréstimos Bancários		
Participantes Capital		2.150.786,79
Soma	0,00	2.150.786,79
Correntes		
Empréstimos Bancários		
Participante de Capital		
Soma	0,00	0,00
Total	0,00	2.150.786,79

21.8. Ativos dados em garantia ou penhor

A 30 de junho de 2021 não existem nem foram concedidas garantias ou quaisquer penhores.

21.9. Fornecedores

Em 30 de junho de 2021 e de 2020 a rubrica “Fornecedores” tinha a seguinte composição:

(valores expressos em euros)

Fornecedores	30.06.2021	30.06.2020
Fornecedores, Conta Corrente	194.848,19	144.331,97
Fornecedores, títulos a pagar		
Fornecedores, facturas em rec. e conf.		
Soma	194.848,19	144.331,97

21.10. Outras dividas a pagar

Em 30 de junho de 2021 e de 2020 a rubrica “Outras dividas a pagar” tinha a seguinte composição:

(valores expressos em euros)

Outras dividas a pagar	30.06.2021	30.06.2020
Não Correntes		
Pessoal		
Fornecedores de investimentos		
Adiantamentos por conta de vendas		
Outros Credores-Imp. Fiscal Sub. Proj. Invest.		
Soma	0,00	0,00
Corrente		
Pessoal	72.746,91	7.347,92
Fornecedores de investimentos		
Credores por acréscimos de gastos		
Outros Credores	17.440,00	58.586,57
Soma	90.186,91	65.934,49
Total	90.186,91	65.934,49

21.11. Investimentos Financeiros

Os investimentos financeiros são constituídos por unidades de participação no Fundo de Compensação do Trabalho no valor de 2044,97€.

22. Processos judiciais em curso a 30 de junho de 2021

Corre no Juízo Local Cível de Vila Franca de Xira, Comarca de Lisboa Norte, o processo nº98079/20.3YIPRT, onde o autor é a empresa Belouracar Rent, Lda, relativo a diferendo comercial, no valor de 48.797,26€.

Atendendo às perspetivas de desfecho deste processo, é convicção da gerência que não é expetável qualquer tipo de condenação.

Declara-se que a 30 de junho de 2021, para além do processo acima referido, não existem quaisquer outros processo judiciais em curso que não estejam resolvidos.

23. Informações exigidas por diplomas legais

Artº.220 do Código das Sociedades Comerciais

A sociedade não possuiu quaisquer quotas próprias e nem efectuou até ao momento qualquer negócio desta natureza.

Artº 21º do Decreto-Lei nº.411/91 de 17 de Setembro,

Declara-se que a empresa tem a sua situação regularizada perante a Administração Tributária e Segurança Social, e que os saldos contabilizados em 30 de junho de 2021, correspondem à retenção na fonte, descontos e contribuições, referentes a junho, cujo pagamento se efectuará em julho de 2021 e a acordos de pagamentos a prestações feitos com a Autoridade Tibutaria e Segurança Social.

24. Resultados transitados e reservas

As rubricas resultados transitados e reservas a 30 de junho de 2021 respeitam à aplicação dos resultados dos anteriores exercícios, as quais se irá somar o valor relativo ao resultado liquido do exercício de 2020, conforme segue:

Outras Reservas	0.00€
Resultados Transitados	<u>-2.031.771,97€</u>
	-2.031.771,97€

25. Eventos subsequentes

Não ocorreram eventos subsequentes após a aprovação das presentes demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras do exercício findo a 30 de junho de 2021 foram autorizadas para emissão pelo órgão de gestão a 23 de Agosto de 2021.

Vila Franca de Xira, 23 de Agosto de 2021

O Contabilista Certificado

A Gerência

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS**RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS****Opinião**

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da UNIÃO DESPORTIVA VILAFRANQUENSE FUTEBOL, SAD, que compreendem o balanço em 30 de Junho de 2021 (que evidencia um total de 169.236,90 euros e um total de capital próprio negativo de 497.379,73 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 2.031.771,97 euros, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;



Rosa Carvalho & Associados, SROC, Lda.

Rua A-do-Ferreiro, n.º 22 2480-013 Alqueidão da Serra
geral@rcsroc.pt Telef. 244 499 040

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da coerência da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Alqueidão da Serra, 30 de setembro de 2021



Rosa Carvalho & Associados, SROC, Lda.
REPRESENTADO POR

Nuno Henrique Rosa Carvalho

EXTRACTO DA ACTA DE APROVAÇÃO DE CONTAS

Ao Trigesimo dia do mês de Setembro do ano dois mil e vinte um, pelas quinze horas, na sua sede social em Campo do Cevadeiro Estrada Nacional 10, 2600-262 Vila Franca de Xira, reuniu o Conselho de administração da “União Desportiva Vilafranquense, Futebol, SAD” titular do numero único de pessoa colectiva e de matricula na conservatória do registo comercial 510 779 301, com o capital integralmente realizado de € 200.000 (duzentos mil euros).

Estavam presentes Osvaldo Carlos Voges, na qualidade de Presidente do Conselho de administração e Márcio David Gonçalves Quindera de Oliveira e Almir Fioravante Camargo, na qualidade de vogais do conselho de Administração, sendo esta reunião presidida pelo Presidente.

O sr. Presidente verificou que não foram cumpridas as formalidades prévias de convocação do Conselho de Administração, mas declarou que o mesmo poderia validamente reunir e deliberar em virtude de se encontrarem presentes todos os administradores, seus membros, os quais, colocado o assunto á sua apreciação, deliberaram por unanimidade constituir-se em Conselho de Administração e deliberar o único ponto da ordem de trabalhos:

1. Analisar, discutir e aprovar ou modificar o Relatório de Gestão e as Contas do exercício de 2020/2021;
2. Deliberar sobre a aplicação de “Resultados Líquidos” obtidos no exercício.

Colocada em votação a referida proposta pelo Senhor Presidente foi a mesma aprovada por unanimidade.

Entrou – se de imediato na apreciação do Relatório de Gestão e das Contas do exercício (Balanço, Demonstração de Resultados por Naturezas, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Anexo) que já tinham sido previamente distribuídos a todos os administradores.

Analisados os documentos de prestação de contas pela assembleia verificou-se:

- Que o “Relatório de Gestão” dava a conhecer os aspectos mais relevantes da actividade desenvolvida pela SAD ao longo do exercício, as principais razões pelas quais os resultados económicos foram negativos, assim como as perspetivas de desenvolvimento futuro;
- Que as Demonstrações Financeiras (Balanço, Demonstração de Resultados por Naturezas, Demonstração das Alterações no Capital Próprio, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Anexo) davam a conhecer o resultado das operações, a situação patrimonial da SAD, bem como as aplicações de fundos realizadas, assim como as fontes de financiamento utilizadas.

O Senhor Presidente considerou que os documentos em apreciação já se encontravam devidamente analisados por todos os administradores e completamente compreendido o seu conteúdo, pelo que os colocou de imediato em votação, tendo os mesmos sido aprovados por unanimidade do Conselho.

De seguida passou-se ao ponto dois da ordem de trabalhos, tendo o senhor Presidente colocado em discussão a proposta sobre a aplicação dos resultados, constante do Relatório de Gestão, que era do seguinte teor:

“Considerando:

- O mau desempenho verificado no exercício;

- **Que a SAD operou no período com resultados negativos;**
- **Que existem expectativas de recuperação do equilíbrio da conta de exploração; o Conselho de Administração propõe, que o “Resultado Líquido do Período”, que foi negativo em 2.031.771,97 Euros, seja dada a seguinte aplicação:**
- **Que o “Resultado Líquido do período”, relativo à actividade operacional, que foi negativo em 2.031771,97 Euros, seja transferido para “Resultados Transitados”**

Analisada e discutida a proposta da Gerência, sobre a aplicação dos resultados, foi a mesma colocada em votação pelo Senhor Presidente, tendo merecido aprovação unânime do Conselho.

Nada mais havendo a tratar foi a sessão encerrada pelas dezassete horas, da qual se lavrou a presente acta, que depois de lida e aprovada vai ser assinada por todos os administradores presentes em sinal de aprovação.

**Osvaldo Carlos Voges
Almir Fioravante Camargo
Márcio David Gonçalves Quindera de Oliveira**